

Engajamento, identidade e redes: um estudo de caso do Escola sem Partido

Engagement, identity and networks: a case study of School Without Party

■ Hannah Ribeiro Parnes, Igor Novaes Lins e Paula Souza Trindade

Resumo

O presente artigo tem por objetivo estudar as características do Movimento Escola sem Partido, que foi fundado com o intuito de denunciar a doutrinação ideológica nas escolas. O Movimento passou a ganhar destaque a partir do uso de uma plataforma online que permite o envio de vídeos que denunciam a doutrinação nas instituições de ensino e através da apresentação de projetos de lei nas casas legislativas. O estudo tem a finalidade de contribuir para a investigação empírica dos movimentos sociais de direita. Foram pesquisadas, através de entrevistas semiestruturadas – com pais, professores, alunos e parlamentares –, as trajetórias comuns de vivências de doutrinação e a libertação dela, que resulta em um processo de conversão e, possivelmente, de engajamento; a associação entre o sucesso do movimento e a sua ligação com redes de apoiadores por meio das mídias sociais; as relações identitárias do movimento, que serão compreendidas com base no conceito de identidade como prisma.

Palavras-chave

Escola sem Partido; Doutrinação política; Educação.

Abstract

The purpose of this article is to study the characteristics of the Movement School without Party, which was founded in order to denounce ideological indoctrination in schools. The Movement started to gain prominence through the use of an online platform that allows the sending of videos that denounce indoctrination in educational institutions and also, through the presentation of bills in legislative houses. The study aims to contribute to the empirical investigation of right-wing social movements. Through semi-structured interviews with parents, teachers, students and parliamentarians were examined: the common trajectories of indoctrination experiences followed by perception of liberation from it, which leads to a process of conversion and engagement; the association between the movement's success and its connection with networks of supporters through social media; the movement's identity relations, which will be understood in the light of the concept of identity as a prism.

Keywords

School without Party; Political indoctrination; Education.

Introdução

Os estudos sobre movimentos sociais tradicionais negligenciaram, por muito tempo, as análises sobre iniciativas políticas de grupos autodenominados apartidários ou de direita. Nesse sentido, James Jasper (2016) chama atenção para a escassez de trabalhos sobre as formas de organização e atuação desses grupos. Na academia, historicamente, sequer foram incluídos nos debates teóricos da literatura de movimentos sociais. Essas lacunas mostraram-se relevantes quando, a partir das chamadas “Jornadas de junho”, nas manifestações ocorridas em todo o Brasil em junho de 2013, esses grupos assumiram protagonismo na organização e mobilização de protestos e compartilhamento de conteúdo político *online*.

Este artigo pretende contribuir com a investigação das formas de organização, mobilização e atuação política desses grupos a partir do estudo do movimento Escola sem Partido. É importante ressaltar que este estudo parte de uma pesquisa exploratória realizada por então estudantes de graduação do Instituto de Ciência Política (IPOL) da Universidade de Brasília, orientados pela professora Rebecca Neaera Abers. Assim, não se tem a pretensão de fazer uma discussão teórica aprofundada, mas apresentar insumos empíricos e possíveis caminhos para estudos futuros.

O artigo utiliza os conceitos de redes, engajamento e identidade coletiva para analisar o movimento. O objeto central abordado é a forma de organização e atuação do Escola sem Partido. O objetivo é a compreensão dos fatores que motivaram a participação de pessoas com perfis variados. Adjacente, foi abordado o papel das redes e das mídias sociais no sucesso e os elementos comuns entre os membros, razão que favorece o seu engajamento na causa e se relaciona com construção a identidade coletiva múltipla dos seus membros.

Ao olhar para história, verifica-se que as reivindicações apresentadas por esses grupos não são novas. Nos EUA, em 1915, os Comitês de Liberdade e Posse Acadêmicas da Associação Americana de Professores Universitários prepararam um relatório sobre os limites éticos para a atividade educacional. Dentre as recomendações, destaca-se a advertência para abstinência da atividade política nos espaços de educação e a garantia do direito das crianças a receberem uma educação livre. Essas indicações traduziram-se, mais tarde, na campanha aberta contra a doutrinação da esquerda nas universidades comandada pelo professor David Horowitz.

No Brasil, o caminho foi diferente. Fundado em 2004 por um advogado de Brasília, o Programa Escola sem Partido floresceu da luta de um pai em uma escola em Brasília. Inconformado com a doutrinação ideológica que seu filho vinha sofrendo em razão de um professor de história, o então fundador reuniu pais, professores e alunos com objetivo de denunciar a doutrinação político partidária nas escolas. Buscando defender os valores constitucionais e uma educação pluralista, o movimento atuava por meio de representações judiciais junto ao Ministério Público, promoção e participação em eventos, apresentação de Projetos de Lei no Congresso Nacional, nas câmaras de vereadores, assembleias legislativas e principalmente por meio da divulgação de vídeos, áudios e fotos, que denunciam o problema, em uma plataforma *online* e nas mídias sociais.

Na primeira seção, onde é abordado a questão do engajamento, é feito um diálogo com a literatura trazida por Sawicki e Siméant (2011) e Snow e Machalek (1984) para interpretar de que forma as trajetórias de vida dos ativistas influenciaram seu engajamento no movimento e como isso se articula com a ideia cristã de conversão. Em seguida, utiliza-se o conceito de

“identidade como prisma” de Ann Mische (1997) para entender a identidade mobilizadora dos ativistas.

Por último, a organização interna, interações e o engajamento dos indivíduos que participam de diferentes formas do coletivo são analisadas a partir da teoria de redes trazida pela obra de Diani e Bison (2010). Isso porque a intensificação do uso de mídias sociais pelo movimento possibilitou a ampliação de redes de contato não somente interna, mas também externa ao movimento, favorecendo parcerias com outras organizações, o recrutamento de novos membros e uma teia de contatos entre os militantes. Dessarte, o Escola sem Partido ao conjugar uma organização estruturada em redes e uma identidade múltipla construída em torno de experiências comuns, obtém sucesso na ampliação de suas redes de apoio, engajamento de seus membros e atuação em nível nacional.

Além de demonstrar que é possível utilizar os quadros analíticos teóricos tradicionais para ler essa direita ascendente, a intenção é reforçar a necessidade de modernização das perspectivas teóricas e empíricas das ciências sociais de compreensão destes movimentos. Não menos importante, na seção seguinte, que abre o estudo, os pesquisadores abordam um tema caro às ciências sociais: os métodos e técnicas de pesquisa. São apresentadas as experiências vividas e o caminho de pesquisa trilhado para chegar aos resultados empíricos.

Uma perspectiva a ser contada: metodologia e bastidores

O trabalho relaciona conceitos consolidados dentro da literatura das ciências sociais; por isso, devido à existência de um déficit de desenvolvimento em pesquisas e teorias sobre movimentos sociais ditos apartidários ou alinhados à direita (na época), houve uma dificuldade de associação dos conceitos e modelos teóricos com as práticas e relatos sobre o movimento observados na entrevista. Em resumo, aplicar as teses desenvolvidas para outros objetos de pesquisa foi um desafio, o que exigiu um esforço crítico dos pesquisadores para determinar o que era razoável de ser correlacionado e desenvolvido de acordo com o marco teórico disponível para as questões enfrentadas.

A partir da inquietação para saber se o Escola sem Partido era um movimento social ou não, o artigo tenta responder quais são as principais formas de atuação, relacionamento e engajamento interno do movimento. A ideia, em princípio, era descobrir se o programa teria uma formatação semelhante aos movimentos sociais tradicionais de esquerda. E, a partir disso, entender como ele dialogava com a literatura. No entanto, ao longo do trabalho, foi percebido que a pergunta era demasiadamente ambiciosa para um estudo com um escopo limitado, especialmente centrado na pesquisa empírica. Em consequência, o trabalho acabou sendo ditado mais pelo seu curso que para o projeto de pesquisa em si.

A hipótese inicial era de que o Escola sem Partido se configurava como um movimento social e tinha uma rede estruturada de engajados, por meio de um recrutamento sistêmico de figuras ligadas à direita. Os pesquisadores pensavam, antes de realizar a pesquisa de campo, que existia uma rede muito bem fundamentada de atores políticos que impulsionaram metodicamente o movimento, sobretudo a partir do comando central dos fundadores do projeto em Brasília.

A pesquisa contou com a realização de doze entrevistas. Foram onze pessoas entrevistadas, considerando que o fundador do projeto concedeu duas entrevistas, uma

exploratória e uma quando a investigação estava mais estruturada. Logo, foram divididos em grupos os perfis desejados para uma visão plural da atuação do ESP: pais, alunos, professores e parlamentares. É importante salientar que foi atribuída uma classe para cada entrevistado baseado na sua principal forma de participação – os parlamentares, por exemplo, apesar de serem pais, foram enquadrados no questionário voltados para entender as atuações políticas. Entretanto, essa é uma forma de simplificação do perfil dos entrevistados, já que existe uma simbiose de identidades entre os perfis pré-definidos e os entrevistados. O fato da entrevista ser semiestruturada, permitiu aos pesquisadores entender a complexidade desses perfis e conduzir a pesquisa a partir das oportunidades de diálogo.

Embora tenha sido criado em Brasília, a ausência de uma estrutura sólida que reúna os membros e de encontros regulares, além da amplitude nacional do movimento, se tornaram empecilhos para o recrutamento de entrevistados de classes variadas, porque nem todos se enxergavam enquanto membros efetivos do Escola sem Partido, mas sim como eventuais apoiadores (ainda que engajados ativamente na pauta). Como explicado mais a frente, existe uma dupla dificuldade: dos atores se reconhecerem enquanto integrantes do movimento e de reunir esses atores, que estão permeados nos estados com atuação difusa. Além desses fatos, cabe dizer que o número limitado de entrevistas e a adequação dos entrevistados às categorias pré-estabelecidas constituíram desafios para a construção da análise empírica.

O recorte temporal da pesquisa de campo foi o primeiro semestre de 2018 — abril a julho. Elas foram viabilizadas pelo fundador do movimento, servidor público e advogado, que foi o ponto de contato inicial. Ele foi contactado através da página ‘escolasempartido.org’, onde é possível encontrar um e-mail para denúncias de situações de doutrinação. Entendendo a importância da formação acadêmica e da pesquisa, até mesmo por um anseio de contar o seu lado da história, da possibilidade de ser narrador e não apenas narrado, o criador foi solicitado e possibilitou, após a entrevista exploratória — onde o escopo do questionário semiestruturado foi definido —, atingir os demais agentes envolvidos com diretamente com o tema.

Os pesquisadores foram bem atendidos pelos entrevistados. Não houve receio de responder às perguntas. Todos os procurados consentiram com a gravação do material de pesquisa e se colocaram à disposição para novas conversas ao longo do trabalho. Certamente, isso foi possível também por um empenho dos entrevistadores de ouvir de fato as histórias contadas, sem uma busca incessante para confirmar as hipóteses construídas e a imagem popularmente criada sobre o Escola sem Partido. Por um lado, isso se deu pela adesão, momentânea, aos valores do projeto. E de outra, na crença nas narrativas apresentadas pelos sujeitos de pesquisa — ainda que mais tarde tenha se pensado criticamente sobre os fatos apresentados.

Doutrinação, libertação e engajamento: notas sobre o processo de conversão

A definição de doutrinação é sistematizada pelo movimento em textos disponíveis em blog. O principal deles é o de Nelson Lehmann da Silva (2004), que foi professor de ciência política e história da Universidade de Brasília até sua morte, e que escreveu dizendo que os poderes hegemônicos de esquerda impõem a verdade por meio da educação pública e privada. As forças de esquerda foram efetivas em consolidar uma visão marxista nos termos da política e da cidadania. Os livros didáticos estão cheios de textos marxistas, de acordo com ele. Na universidade, o processo se intensifica: os professores são, declaradamente, de esquerda.

Resumidamente, a doutrinação é um processo de distorção da história e de valores da sociedade por parte da esquerda marxista. Na coluna, o ex-professor questiona conceitos consolidados como colonização e capitalismo.

O conceito é útil para entender o léxico da narrativa dos entrevistados sobre a doutrinação, mas também para compreensão de que tipo de atitude política eles buscam neutralizar. A ideia será adotada pelos autores do artigo, ao longo do desenvolvimento, de modo parecido. A partir da própria categoria analítica do Escola sem Partido, a doutrinação será tomada a partir da concepção de que a esquerda tem usado os meios culturais e educacionais para propagar sua ideologia. Levando em conta um fator em específico, a chamada “ideologia de gênero”, que é basilar para a conformação política do grupo.

No entanto, ao analisar criticamente o emprego do conceito será tomado por base o desenvolvimento da crítica de Edward Herman e Noam Chomsky (1988) em “Manufacturing consent”. Eles argumentam que a doutrinação acontece de maneira sistemática para difusão de valores, crenças e códigos sociais para incremento nas estruturas institucionais da sociedade pela elite política e econômica. Em sua análise, os autores lembram-se de um componente determinante para a propaganda das ideias dominantes: a marginalização das vozes dissidentes através de filtros integrados ao sistema.

A partir da análise dos discursos dos apoiadores, podemos verificar três aspectos: a doutrinação, a libertação e o engajamento. Segundo um professor apoiador do movimento, o marxismo está infiltrado nas instituições brasileiras de educação (entrevista com professor universitário, 5 de junho de 2018). Um aluno universitário conflui com esse discurso e explana que, por influência dos professores, se considerava de esquerda, porém teve acesso a outros debates e “conquistou sua libertação” – segundo ele, por meio de autores de direita, como, por exemplo, Olavo de Carvalho (entrevista com estudante, 5 de junho de 2018). O astrólogo, que capitalizou para si o treinamento ideológico das principais figuras de extrema-direita, foi citado por diversos entrevistados como contraposição ao que eles chamam de hegemonia do discurso da esquerda na educação, o conhecido marxismo cultural.

Outro apoiador narra experiência parecida quando, após perceber “que o comunismo não era uma ideologia positiva, diferente do que havia sido passado durante o ensino médio e se libertar”, o estudante da Universidade de Brasília, que se considera conservador, compreendeu então a importância de ser ensinado igualmente todos os lados da história. Ele conheceu o movimento porque é amigo do professor citado acima, um dos fundadores do ESP, e foi convidado para assistir uma reunião do grupo. De acordo com o discente, hoje o movimento tem tantos adeptos porque, assim como ele, as pessoas entendem a gravidade do problema que é a doutrinação de esquerda, que precisa ser publicizada e combatida, para que outras pessoas possam ter a consciência de que estão sendo vítimas da doutrinação (entrevista com estudante, 7 de junho de 2018). O anticomunismo é o fundamento dos argumentos de doutrinação e de engajamento como resposta.

As experiências são explicadas pela sociologia da conversão. O conceito de conversão compreende a ideia de que uma dada vivência pessoal resulta em uma mudança de compreensão intelectual de modo abrupto. Os sociólogos David Snow e Richard Machalek (1984) explicam que essa ideia se liga a uma concepção bíblica: o processo de conversão acontece através de uma mudança drástica de entendimento, comportamento e retorno ou aceitação dos princípios que passaram a ser considerados certos. A conversão está ligada a uma ideia de mudança radical de pensamento — de valores e crença. É possível ilustrar uma

passagem bíblica em que fica nítido: “conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”, no livro de João, componente do Novo Testamento (A BÍBLIA, 2008). A palavra “conversão” não foi mencionada pelos entrevistados. Ela é uma categoria analítica para explicar o processo da libertação somado ao engajamento, narrado, em sua maioria, por estudantes.

Um deles conta que, ao participar de manifestações em 2013 e ler o livro mais famoso do Olavo de Carvalho, passou a se pautar pelos conhecimentos adquiridos pelo conservadorismo. Ele diz que, apesar de já entender a dominância do discurso comunista, só sentiu na pele a perseguição ao ter sua nota do Enem prejudicada por defender uma perspectiva favorável ao mercado na redação. O estudante até diz que já tinha noção da doutrinação de esquerda, mas sua convicção se concretizou a partir deste evento e passou, desde então, a pautar a causa nos espaços de seu ativismo (entrevista com estudante, 12 de junho de 2018). Aqui, concretizou-se, a libertação da doutrinação seguida do engajamento.

Dois elementos configuram o processo de conversão, isto é, da libertação somada ao engajamento. O primeiro, consiste nas demonstrações públicas de fé. Dar publicidade aos atos para evidenciar o problema ou a solução proposta pela causa é o que fundamenta esse argumento. Os autores listam alguns exemplos disso nas igrejas cristãs, que são os testemunhos e batismos. A partir de um paralelo, no movimento estudado temos os depoimentos e as denúncias que são expostas nas mídias sociais dos casos de doutrinação. É obviamente uma redefinição de ação, moderna e arrojada, antenada com as mudanças sociais (como o advento das mídias sociais), mas que se assemelha com a prática descrita pelo autor. A publicidade dos fatos é um motor para levar a consciência da vitimização por estudantes, bem como é incentivo a novas denúncias e a ausência de conformidade com a doutrinação. Isso muito se assemelha às tradições cristãs citadas anteriormente, como os testemunhos de sofrimento com a doutrinação e de libertação. Mais do que uma particularidade dos movimentos de direita brasileiros ou do próprio ESP, esse modelo de conversão foi importado do engajamento do Escola sem Partido nos Estados Unidos, onde existe uma forte tradição protestante. Apesar da ideia não ter se espelhado originalmente no ESP, a metodologia de denúncias públicas dos casos de doutrinação foi seguida ritualisticamente, como principal forma de atuação.

O primeiro aspecto a ser observado é o papel dos testemunhos. Os estudantes contam que, além do ativismo nos espaços institucionais, como Congresso Nacional e movimento estudantil, usam sua experiência como exemplo da doutrinação sofrida por professores de esquerda. Eles encorajam outros estudantes a enviarem depoimentos para divulgação na internet, além de material em que os educadores estejam doutrinando em sala de aula (entrevista com estudante, 5 de junho de 2018) (entrevista com estudante, 12 de junho de 2018). Outra entrevistada conta que a publicização das experiências de doutrinação é mais relevante do que a aprovação do projeto em si (entrevista com pastora e educadora, 8 de junho de 2018). A disputa de consciência é uma das finalidades do ESP, como vemos, e não somente a garantia legislativa. É uma guerra cultural.

Como ressaltado pelo fundador na entrevista exploratória, o movimento é composto por pessoas cristãs. Em sua maioria, católicos e protestantes, apesar de não ter uma orientação religiosa específica (entrevista com fundador, 18 de abril). Na época das entrevistas, todos eram envolvidos diretamente com a religião e mencionaram sua fé em algum momento da entrevista, ainda que não provocadas sobre o assunto. Vale destacar que, por exemplo, ao designar as razões de sucesso do Escola sem Partido, Deus foi apontado como responsável em mais de uma ocasião (entrevista com pastora e educadora, 8 de junho de 2018) (entrevista com fundador, 18 de abril). Com o avançar da pesquisa e com a observância dos principais advogados públicos da

bandeira do Escola sem Partido, dos quais foram entrevistados pelo menos os quatro principais, foi possível perceber que o cristianismo é um forte motor da pauta e que religiosos são os mentores intelectuais das iniciativas (entrevista com senador da República, 8 de junho de 2018).

“A grande adesão ao movimento por parte de diversos movimentos se deve a sua relação com a defesa do tripé: família, Deus e pátria”, diz outro entrevistado que ilustra bem o argumento anterior. Nos moldes do antigo movimento integralista, ele enalteceu a educação científica, moral e cívica que afirma ter tido, em contraste com a atual, na qual haveria uma imposição de ideologia por parte do professor. Como professor, confessa que já teria, involuntariamente, falado sobre os seus valores conservadores e católicos (entrevista com professor e assessor parlamentar, 8 de junho de 2018).

Apesar de ser um padrão cristão de compartilhamento de experiência, é feito pelos mais diversos movimentos sociais, especialmente pós internet. A iniciativa das denúncias de assédio sexual nas mídias sociais, feitas por movimentos feministas, é um mecanismo que converte mais mulheres à causa. Bem como, sensibiliza homens da importância da luta pela igualdade de gênero. Por muitos grupos, o compartilhamento é um meio não só de conversão militante, relacionado ao engajamento e liberação, mas também de cura coletiva.

A iniciativa #MeuPrimeiroAssédio tem uma relevância, neste sentido. Eclodido em outubro de 2015, os depoimentos contavam histórias do primeiro assédio sofrido por mulheres, principalmente em sua juventude. A inspiração da *hashtag* foi o assédio sofrido por uma jovem de 12 anos que participava do programa de TV “Masterchef Brasil”, onde, na ocasião, homens fizeram comentários de cunho sexual sobre a adolescente. Nesta situação, muitas mulheres tiveram a chance de se encontrar em histórias correlatas às suas, percebendo que foram vítimas de algum nível de violência sexual ou psicológica. A partir de experiências parecidas, foi possível entender que existiu algum nível de violência de gênero e se engajar na iniciativa de denúncias da situação.

Em segundo lugar, a padronização retórica é um dos principais componentes da ideia de conversão. Esse indicador consiste na unicidade na fala e no raciocínio dos convertidos (SNOW e MACHALEK, 1984). Esse discurso segue uma lógica e uma linha de histórica comum que consiste em: ser vítima da doutrinação na educação; reconhecer que é alvo de doutrinação e de que não pôde ter contato com todos os lados do debate ideológico; mudar suas opiniões quanto às questões políticas; e por último, engajar-se no movimento.

Podemos verificar essa convergência de discurso e pensamento a partir, por exemplo, do exame de passagens em comum dos entrevistados: o professor, um dos fundadores, dois dos alunos e um parlamentar citaram a ideia da dominação cultural do marxismo na educação por meio de Gramsci e a necessidade do combate ao pensamento de esquerda nos meios de educação, comunicação e política (entrevista com professor universitário, 5 de junho de 2018; Entrevista com estudante, 12 de junho de 2018; Entrevista com estudante, 5 de junho; Entrevista com deputado federal, 7 de junho de 2018). Outro fator interessante, foi a menção ao Olavo de Carvalho, que apareceu como personalidade de formação crítica em relação à esquerda.

Três outros princípios precisam ser verificados para a formação política e a decisão de se engajar efetivamente. O primeiro deles é a incitação acadêmica. No estudo de caso se expressa de forma importante: o Escola sem Partido, de modo geral, surgiu de um grupo de

debates acadêmicos entre intelectuais (liberais, em sua maioria, e conservadores). De maneira mais precisa, segundo um professor, o movimento ganhou espaço nas instituições a partir de um movimento guiado pelo diplomata José Osvaldo de Meira Penna, que reuniu pessoas que “cultuavam a liberdade em um espaço de pluralidade de ideias” (entrevista com professor universitário, 5 de junho de 2018). Penna foi um dos expoentes do conservadorismo no Brasil e presidente do Instituto Liberal em Brasília (mais tarde chamado Instituto Liberal do Centro Oeste). O segundo vetor é o fato da organização ter alta visibilidade e isso é muito claro no movimento, já que tem uma dimensão nacional e ganhou espaço dentro do parlamento brasileiro e em diversas arenas legislativas pelo país, com o apoio de políticos populares e movimentos de dimensão nacional, como o Movimento Brasil Livre (MBL).

Por fim e não menos importante, é preciso da atuação de indivíduos que sejam referenciais para o indivíduo engajado. O novo militante precisa ver pessoas que confia fazendo parte do movimento. Por essa razão, o Escola sem Partido conseguiu capilaridade entre pais e alunos, porque foi possível se enxergar na vitimização e na luta do outro, uma espécie de ação empática. Na dimensão política e teórica, a participação de Olavo de Carvalho também foi fundamental para dar credibilidade ao movimento (entrevista com estudante, 7 de julho de 2018; Entrevista com estudante, 5 de julho de 2018). Sentir-se parte, isto é, estar ajustado, condiciona as chances da permanência no engajamento e sua intensidade — uma pessoa com proximidade e “autoridade científica” sobre militantes em questão é essencial para a criação de um ambiente dócil para o processo de engajamento do novo ator; por isso, a participação de professores também foi fundamental para o engajamento de alunos, por exemplo.

Identidade mobilizadora: a multiplicidade da unidade

Ao interpretar como pais, alunos, professores, parlamentares, advogados de diferentes cidades, classes e interesses agem coletivamente com sucesso, a irracionalidade da ação coletiva proposta por Mancur Olson (1999) mostra-se limitada. A apropriação, por parte das ciências sociais, de conceitos e métodos de análises da economia ou das ciências exatas, reduz a dimensão da subjetividade da ação humana e impõe métodos demasiadamente ortodoxos para análise social. Por essa razão, o conceito de identidade coletiva ganha importância na análise como elemento capaz de fornecer incentivos simbólicos, para além dos incentivos materiais. Ele fornece insumos para entender a complexidade dos movimentos sociais e organizações, capazes de unir e mobilizar indivíduos diferentes, mantendo e ampliando suas redes de contato, interação, ação e recrutamento.

O sociólogo italiano Alberto Meluci (*Apud* DELLA PORTA e DIANI, 1998) esclarece isso ao dizer que “identificar-se com um movimento não significa necessariamente compartilhar uma visão sistematicamente coerente do mundo”. No movimento analisado, apesar da diversidade dos perfis dos participantes engajados, é possível encontrar uma identidade coletiva que liga as experiências dos ativistas. Ainda que unidos pragmaticamente em um ponto de convergência de pautas, é possível ver que a profundidade dessa confluência política se dá um dimensionamento muito mais subjetivo do que se pensa nos limites da teoria da escolha racional.

Essa identidade coletiva é múltipla e isso significa que, diferentemente de outros movimentos sociais, a identidade do movimento não constitui-se a partir de uma única ideologia ou visão de mundo comum, mas de um processo dinâmico socialmente construído a partir de vivências semelhantes e do compartilhamento dessas experiências, um dos meios de

participação estruturantes do Escola sem Partido. As pessoas engajadas, ainda que não consigam se enxergar na totalidade de seus colegas de movimento e não compartilhem de visões de mundo exatamente iguais, vêm no projeto uma oportunidade de impacto na vida de mais pessoas, ainda que a possibilidade de mudar as estruturas de poder sejam pequenas.

Ann Mische (1997), em seu artigo sobre as redes jovens de participação política, verifica que as identidades atuam como “mecanismos de orientação usados pelos atores para dar direção e formação à ação futura”. Isso significa que, além de atribuir sentido e estrutura às redes de interação social¹, as identidades são enquadradas pelos atores seletivamente, em acordo com seus objetivos políticos (EMIRBAYER e MISCHÉ, *Apud* MISCHÉ, 1997). Dessa forma, o entendimento é que a ação coletiva pode explorar um dos aspectos do indivíduo para o engajamento.

A denúncia e o combate à doutrinação ideológica nas escolas e universidades constitui, nesse sentido, um discurso expansivo e universalizante capaz de articular os projetos de uma diversidade de indivíduos que se sentiram vítimas de experiências de doutrinação durante sua trajetória e mobilizá-los em torno de uma causa comum. Assim, os sentimentos em torno das experiências de doutrinação fornecem à identidade do movimento o caráter de prisma capaz de reunir as múltiplas dimensões e projetos de estudantes, professores, mães, pais e parlamentares. Isso porque, apesar de partir de perspectivas de vida diferentes, todos eles experimentaram, em algum momento, a doutrinação ideológica. Seja como vítima, seja como tutor ou representante dos vitimados. A união é feita a partir de um problema comum.

Espelhado nas experiências comuns de doutrinação e liberação delas, descritas na seção anterior, recorreremos à Mische (1997) para argumentar que a articulação de identidades e projetos é dada por meio de interlocutores sociais que funcionam como pontes efetivas para a consolidação de vínculos para a ação coletiva. Nesse sentido, como movimentos sociais surgem dentro de uma estrutura já existente, a participação e apoio de parlamentares e militantes de outros movimentos sociais que têm grande visibilidade, favorece a consolidação de uma identidade e ampliação das redes de apoio. Isso porque ao se posicionarem, esses agentes políticos contribuem para a afirmação de diferenças do movimento perante os demais (DELLA PORTA e DIANI, 1998).

A concepção de identidades como processos de reconhecimento e autorreconhecimento socialmente construídos por meio dos quais os indivíduos significam suas vivências e transformações (DELLA PORTA e DIANI, 1998) permite analisar o sucesso compartilhamento de relatos e denúncias por meio do blog e das redes sociais como repertório de ação coletiva². O compartilhamento de vídeos e depoimentos favorece o autorreconhecimento dos indivíduos como vítimas da doutrinação, além do reconhecimento de que há outros indivíduos que sofrem com o problema, e conseqüentemente a construção da identidade em torno do combate à doutrinação política.

Já na entrevista exploratória, feita com um dos fundadores do projeto, foi possível perceber que a motivação que uniam os ativistas era justamente ter sido afetado diretamente

1 A autora usa, neste caso, o termo “redes sociais”. No entanto, ele não será usado pela possível confusão com a expressão que também é usada para definir as plataformas de interação virtual.

2 É bastante semelhante a outras estratégias de engajamento, como a do movimento feminista, onde as experiências ganham papel central no processo de reconhecimento, libertação e engajamento. Mas isso pode também ser observado nas demais iniciativas de movimentos identitários pautadas nas subjetivas, onde compartilhar os episódios de vitimização é a principal estratégia de mobilização.

ou indiretamente, no caso de pais, pela doutrinação ideológica de professores. Ele conta que a partir da sua indignação como pai, que escreveu uma carta aberta denunciando a doutrinação e distribuiu aos demais pais e alunos no estacionamento da instituição em que a filha estudava, o Escola sem Partido nasceu da solidariedade entre indivíduos (alunos e pais) que se enxergam como vítimas do cerceamento ideológica na educação (entrevista com fundador, 18 de abril de 2018).

O combate à doutrinação, pautado pelas experiências semelhantes dos indivíduos, é o elemento que, como um prisma, converge e articula os diferentes perfis e projetos que compõem o movimento Escola sem Partido. Desse modo, argumenta-se é de que a identidade coletiva do movimento é construída e reafirmada em torno das vivências de doutrinação, do discurso que abrange e mobiliza as múltiplas identidades dos participantes. O despertar do estágio de doutrinação, é uma identidade compartilhada, que assume um aspecto de dinamicidade maior do que a identidade atual dos integrantes do grupo. Isto é, a vivência passada é um dos maiores aspectos identitários compartilhados por eles. A motivação para militância é não somente de ganhos materiais concretos, como pressupõe a Teoria da Escolha Racional, mas a possibilidade de integração em uma rede de acolhimento, por pessoas que compartilham experiências.

Para além das mídias sociais: redes de contato

Ficou evidente que o principal modo de ação do Escola sem Partido é nas mídias sociais. Mas essa rede, no sentido mais social da palavra, é construída de maneira sistêmica e para além das mídias sociais. Por meio da teoria de redes, é possível analisar o sucesso do Escola sem Partido a partir da sua ampla difusão de ideias pela internet e pelos atores os quais se conectam através da sua rede de contatos. Reafirmando a tese de que o Escola sem Partido é, de fato, mais do que um projeto de lei, talvez até um movimento social pela sua capilaridade e longevidade temporal, podemos separar a ideia de redes em duas óticas de funcionalidade: *intraorganizacional* e *interorganizacional*.

É possível perceber a primeira através do uso que o movimento faz das mídias sociais³. Desde o seu surgimento é nítida a importância que as redes sociais têm no processo de difusão de ideias e de recrutamento de novos membros. Segundo um dos fundadores, por ser um movimento sem financiamento oficial, a utilização de redes sociais para divulgar vídeos, histórias e outros materiais é primordial porque não possui custo, é de fácil acesso e tem um alto grau de difusão (entrevista com fundador, 18 de abril). Isso faz com que as pessoas interajam, formando vários pequenos núcleos que se conectam e formam uma rede de apoiadores e membros do movimento. Esse processo pode ser considerado *intraorganizacional*, pois apesar de trazer novas pessoas para o movimento e divulgar material também para o público externo, é uma dinâmica voltada para o fortalecimento interno do Escola sem Partido em si, além de ser a principal forma de os já apoiadores e simpatizantes se relacionarem e se interligarem.

Nesse sentido, inclusive, o fundador revelou que existe uma infinidade de grupos de *WhatsApp* para engajamento dos membros de vários estados do país. Nele, além de dar suporte às discussões jurídicas e legislativas – ele compartilhou que existem políticos e pais que procuram o movimento para escreverem projetos de lei e ajuizarem ações contra professores –

3 A seção não fará uma análise das mídias sociais do Escola sem Partido. Ela se detém a narrar as experiências compartilhadas pelos participantes de sua relação com as plataformas.

é o espaço onde eles fornecerem materiais de conscientização e métodos de denúncias de violações (entrevista com fundador, 18 de abril). Ainda que ele argumente que o ESP é descentralizado, e pelas entrevistas concedidas tudo indica a validade desse testemunho, existe uma coordenação em termos de conhecimento e da atuação por meio das instituições políticas.

Já o segundo enfoque, *interorganizacional*, pode ser compreendido como uma “rede de contatos” (*networking*) que serve para interação entre um movimento e outro. Levando em conta a atuação na sociedade, é vantajoso buscar elementos e objetivos em comum com outros movimentos, pois quando a causa soma-se à mesma causa de outro, e o discurso passa a ser conjunto e consensual, o poder de barganha perante as autoridades aumenta. Ainda que não seja um vínculo necessariamente formal, pode-se considerar mais uma característica significativa que aproxima o ESP de um movimento social tradicional. A partir do argumento de Melucci (*Apud* DIANI e BISON, 1996), entende-se que a existência dessas redes interorganizacionais, ainda que de modo informal, é um elemento que distingue a atuação dos movimentos sociais das demais esferas de ação coletiva⁴.

Um dos entrevistados contou, com ênfase, o caráter apartidário do Escola sem Partido. E isso é um ponto de partida para entender sua relação com os demais movimentos sociais e organizações políticas atuantes na época, ainda que criticamente. De acordo com ele, apesar de estar aberto para diálogo com qualquer tipo orientação ideológica, o ESP acabou por ter relações mais estreitas com movimentos, grupos e partidos de direita. Dentre eles, destaca-se, nas palavras do entrevistado, o Movimento Brasil Livre (MBL). O MBL foi um dos principais responsáveis pela criação de uma rede de contatos do ESP com outros ativistas, políticos e organizações (entrevista com fundador, 20 de junho), aprofundando a capilaridade do movimento. E isso é fundamental para entender que, apesar da narrativa de uma rede espontânea nos estados, o Escola sem Partido contou com o apoio de outras organizações e políticos eleitos para eclodir iniciativas no resto do país. O que, se olharmos do ponto de vista informal, é maior ainda com o apoio de organizações religiosas cristãs.

Essas organizações, as quais o movimento se conecta e, portanto, participa de maneira indireta, precisam ser fortes o suficiente para funcionar de maneira independente, mas possuir pontos de convergência para formar alianças e fortalecer as pautas nos momentos de oportunidade de avanço das pautas nas instituições e naqueles de tensão social (DIANI e BISON, 2010). As redes do movimento permitem também e facilitam o trabalho em conjunto com outros atores (igrejas, instituições, escolas, ou ainda outras organizações, menores ou maiores).

É válido negritar que as mídias sociais tiveram uma grande contribuição para a mobilização do movimento, ao passo que, ajudaram a fortalecer as outras redes de contato. De modo que, hoje, a identidade é suficiente para mobilizar essas outras redes de participantes e apoiadores e tornar-se independente das redes sociais, como pode ser auferido da entrevista de um dos fundadores do ESP (entrevista com fundador, 20 de junho de 2018).

Na ocasião, um dos precursores do movimento reconheceu que sem a internet seria inviável manter um ritmo de divulgação do movimento (entrevista com fundador, 20 de junho

4 Um dos grandes problemas para compreender os movimentos sociais é que os estudiosos costumam estatizar algo que é dinâmico, por exemplo, neste artigo, a noção de identidade já está sendo associada à de redes, que envolve também um caráter relacional e coletivo. Logo, assim como uma única identidade não é mais capaz de classificar os atores dos movimentos, o ambiente contemporâneo sofre múltiplas influências, fazendo com que além das múltiplas identidades ajudem as pessoas a se identificar com diferentes pautas, as múltiplas redes se conectem (MISCHE, 1997).

de 2018), que é fundamentado em depoimentos de estudantes que se sentiram vítimas de assédio ideológico. As redes, assim, cumprem uma função de liga entre a experiência, a libertação, a identidade e o engajamento - por isso, inclusive, escolhida como parte integrante da última seção deste artigo.

Considerações finais

O primeiro ponto de destaque é que as experiências são compartilhadas pelos entrevistados. Eles possuíam trajetórias comuns de vivência de doutrinação e a partir de algum acontecimento particular, tomaram consciência e se libertaram. O produto dessa libertação, mais tarde, foi o engajamento, o que é atribuído como processo de conversão. Notadamente, vivenciado com mais intensidade pelos estudantes. Os professores foram os intermediários desse processo de conversão.

Outro aspecto que chama atenção é a doutrinação em si. O fundador afirmou que é passível existir doutrinação por parte da direita, mas é ela que tem se engajado para denunciar os abusos e, por esse motivo, a conta ficou para a esquerda. No entanto, os demais não suscitaram esse ponto. É convergente, entre eles, que a doutrinação é um processo da esquerda. Ela é hegemônica, e além dos meios de comunicação tradicionais, se infiltrou no sistema educacional.

Por intermediação de Olavo de Carvalho, percebe-se que, assim como outros grupos da nova direita, o Escola sem Partido surge como uma resposta à ampliação de direitos para grupos minoritários. O espantinho da ideologia de gênero é o motor da reação de pais, políticos e professores para combate da esquerda. O anticomunismo também fica visível nas respostas. O projeto viu na educação a principal arma de combate ao avanço de direitos sociais. Ainda que não exista um projeto de hegemonia coordenada de grupos de esquerda capaz de doutrinar pessoas na mídia e na educação. A agenda que avança, e se torna consensual, está mais ligada a inscrição de grupos marginalizados nos direitos fundamentais. Não uma pauta, efetivamente, anticapitalista.

Apesar de estarem unidos em relação a uma pauta, com experiências parecidas e opiniões políticas e religiosas convergentes, parte deles não se declarou membro do grupo. Somente colaboradores esporadicamente engajados. Na leitura dos pesquisadores, isso se dá pela construção de uma identidade difusa. No entanto, os sujeitos de pesquisa são ativistas faticamente.

A coerência entre as respostas dos entrevistados é um fator a ser ressaltado, já que todos alegam não existir nenhum tipo de formação política formal (exceto que o fundador disse difundir conteúdos no *WhatsApp*, mas não de maneira estruturada). Entretanto, a coincidência relatada por um dos fundadores, de que um elemento que une os membros e apoiadores do movimento é que todos se consideram ideologicamente liberais ou conservadores, além de lutarem contra a doutrinação de esquerda. Fica evidente quando os entrevistados não divergem entre si. O padrão cristão de discurso e a exaltação de figuras como Olavo de Carvalho, motor da libertação e conversão de muitos, era comum entre todos os entrevistados, que geralmente possuíam uma alta escolarização.

Percebe-se uma satisfação, principalmente por parte dos fundadores e parlamentares, o ânimo com o fato de terem conseguido inserir a pauta no debate público e na esfera

institucional, denunciando o problema e promovendo o debate sobre o papel da escola e da família na educação. Apesar das inúmeras iniciativas legislativas, o foco principal é um movimento de combate à doutrinação de esquerda. O saldo positivo foi aumentar a vigilância nas escolas e engajar pessoas que, mais tarde, participariam de outros grupos políticos.

Foi descoberto que existe alguma autonomia nas iniciativas dos estados; apesar de existir uma coordenação em Brasília, o movimento não é centralizado nas suas lideranças. É esse fato um dos maiores indicadores do sucesso do projeto, à época. No final das contas, a conscientização foi o maior fator que levou as pessoas a se engajarem. A estratégia de recrutamento era, na verdade, demonstrar para os indivíduos seu papel na vitimização da doutrinação política, o que mais tarde levou a vários deles se engajarem e participar ativamente do projeto. E, ao contrário do que se esperava, o que educou a participação dessas pessoas engajadas foi a presença desses ativistas. Não existe um processo estruturado de formação desses indivíduos. Concluiu-se, a partir da pergunta inicial, que o Escola sem Partido é um movimento social. Ainda que nem todas as categorias analíticas da literatura tenham sido empregadas, os indícios de engajamento, das redes e da identidade tendem a confirmar o argumento.

Na época, o movimento estava em crescimento exponencial e tinha conseguido conquistar cada vez mais espaço no debate público e adesão popular a partir de sua organização e repertórios diferenciados, o que reafirma sua relevância analítica e seu merecido espaço na esfera acadêmica. Por mais que não seja possível responder aqui, em um artigo de análise limitada e curto espaço temporal de pesquisa com uma pequena amostra, os fatores que levam o Escola sem Partido ser de fato um movimento social, o texto levanta uma análise qualitativa dos discursos e entrega ao leitor uma perspectiva da estrutura e do modo de atuação do projeto. Uma agenda de pesquisa a ser explorada.

Após a eleição do presidente da República, Jair Bolsonaro, o Escola sem Partido atenuou suas atividades. O argumento dado, que reforça sua intimidade com a direita, é de que com a chegada dele ao poder, a iniciativa perdia sentido e teria se enfraquecido junto aos apoiadores. As explicações para isso são múltiplas e não serão abordadas, mas demonstram um pouco como a direita eleita já tinha dominado o projeto e era o fio de sustentação da iniciativa. Apesar de uma movimentação consideravelmente orgânica, o ESP era bastante dependente da contínua agitação dessas figuras. Em agosto de 2020, após uma derrota no Supremo Tribunal Federal, o fundador, Miguel Nagib, anunciou o fim do Escola sem Partido.

Referências

- BÍBLIA, A. T. João. In: Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos. Tradução: José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008.
- DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. Collective Action and Identity. In: *Social Movements: An Introduction*, Oxford, Blackwell, 1998, p. 89-113.
- DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organizações, coalizões e movimentos. *Revista Brasileira de Ciência Política*. n 3, p. 219-250, 2010.
- HERMAN, Edward; CHOMSKY, Noam. *Manufacturing consent*. The Political Economy of the Mass Media. Patheon Book, New York, 1988.

- JASPER, James. Infraestrutura. In *Protesto: uma Introdução Aos Movimentos Sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2016, p. 92-115.
- MISCHE, Ann. De Estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*. n. 5, p. 134-150, 1997.
- OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação Coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- SAWICKI, Frédéric; SIMEANT, Johanna. Inventário da sociologia do engajamento militante: nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. *Sociologias*, v. 13, n. 28, p. 200-255, 2011.
- SNOW, David; MACHALEK, Richard. The Sociology of Conversion. *Annual Review of Sociology*, v. 10, p. 167-90, 1984.
- THE AMERICAN Association of University Professors. AAUP's 1915 Declaration of Principles. Disponível em: http://www.aaup-ui.org/Documents/Principles/Gen_Dec_Princ.pdf. Acesso em: 31 jul.2020.
- SILVA, Nelson Lehmann da. *A Doutrinação Ideológica nas Escolas*. [S. L.]: Escola sem Partido, 2004.

*Hannah Ribeiro Parnes – Mestranda do Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política, Universidade de Brasília (UNB). E-mail:
hannahparnes@hotmail.com*

*Igor Novaes Lins – Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Universidade de Brasília (UNB). E-mail: igornovaeslins@gmail.com*

*Paula Souza Trindade – Bacharel em Ciência Política, Universidade de Brasília
(UNB). E-mail: trindade.paulas@gmail.com*